



Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

ATA – AUDIÊNCIA PÚBLICA PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – ELABORADAS AS MODALIDADES RESÍDUOS SÓLIDOS E DRENAGEM URBANA – REVISÃO ÁGUA E ESGOTO – 06/OUTUBRO/2016 – AUDITÓRIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO “PREFEITO ETTORE CONSOLINE”

Ao sexto dia do mês de Outubro de dois mil e dezesseis, às dezessete horas e quarenta minutos, no Auditório do Paço municipal Ettore Consoline, sito Rodovia Luciano Consoline, nº 600, com as presenças registradas conforme lista de presença em anexo, o poder público municipal através da Caroline Bicareli fez a abertura da Audiência Pública de apresentação do Plano Municipal de Saneamento Básico – revisão de Água e Esgoto e apresentação dos segmentos Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana e deu as boas vindas a todos. A Secretária Eng^a Marli Antenor deu as boas vindas a todos, falou da importância dos Planos para o poder público, fez um breve relato sobre o histórico do Plano Municipal de Saneamento Básico, citou as leis vigentes para o tema saneamento (Lei 11445/2007 e Lei 12305/2010) e apresentou a programação da Audiência. O Eng.º Dennis Lai realizou a leitura do regimento interno (em anexo). Após a sessão de abertura, o Sr. Paulo Góes da ARSESP deu início a apresentação dos segmentos de Água e Esgoto. Fez uma breve apresentação da instituição, suas obrigações e funções na sociedade, eles fazem regulação e fiscalização do saneamento básico e gás e fiscalização energia elétrica (ANEEL regula), mecanismos de relação entre o Estado e os Municípios (Ex: contratos de programa, termo de convênio), comentou sobre elaboração de resoluções para regulação dos serviços de saneamento e apresentou números de gestão da ARSESP. Sr. Elias deu prosseguimento à apresentação da ARSESP, abordando os aspectos econômicos e financeiros. Apresentou as principais atividades da diretoria econômico financeiro da ARSESP: acompanhamento dos contratos e revisões tarifárias. Comentou sobre a metodologia de cálculo das tarifas, apresentou números provenientes das ações de fiscalização realizadas em Itatiba. Após Sr. Rodolfo, do setor de fiscalização técnica-operacional da ARSESP, começou a falar sobre as ações de fiscalização e suas modalidades: permanente, periódica e específica. Explicou sobre cada modalidade de fiscalização. Apresentou os indicadores utilizados índice de cobertura de água, índice de cobertura de esgoto, índice de tratamento de esgoto e índice de perdas e seus respectivos números de Itatiba. O Sr. Paulo Góes retomou a apresentação e falou sobre a importância da população nas atividades da ARSESP. O Eng.º Dennis Lai deu início a apresentação do segmento de resíduos sólidos, citou as leis vigentes, comentou brevemente sobre o histórico de elaboração do PMGIRS, apresentou o escopo do PMSB, comentou sobre o estudo gravimétrico dos resíduos sólidos domiciliares, apresentou dados e custos sobre os resíduos domiciliares, resíduos domiciliares recicláveis, varrição, limpeza de boco de lobo, resíduos da construção civil, resíduos de serviços de saúde, resíduos da logística reversa (pneus, lâmpadas, embalagens de agrotóxicos e eletroeletrônicos), apontou os resíduos que estão em fase de revisão. Explanou sobre os custos da PMI com o manejo de resíduos e arrecadação das prefeituras. A Secretária Eng.^a Marli deu prosseguimento apresentando o segmento de macrodrenagem. Comentou sobre as revisões do plano diretor, no qual já havia sido abordado a questão da macrodrenagem. Apontou os principais aspectos que a prefeitura deve considerar para atenuar os riscos de enchentes, aumentar a capacidade de infiltração do solo, fazer o manejo do solo, implementar dispositivos de retenção e infiltração e adequação das dimensões dos canais. Principal bacia de Itatiba: bacia do ribeirão Jacaré. Apresentou solução de contingência para o





Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

abastecimento municipal e retenção de águas, o projeto de microrepresas na bacia do Jacaré. Apontou alguns dispositivos para retenção de águas. A Secretária de Obras e Serviços Público Eng.^a Andrea deu início a apresentação sobre microdrenagem, comentou sobre as leis vigentes sobre saneamento básico, citou do que é composta a microdrenagem e sua importância, comentou sobre problemas com os dispositivos que compõem o sistema de microdrenagem no município, indicou os locais que necessitam de obras de drenagem e algumas outras obras que estão sendo executadas, comentou sobre as recomendações técnicas apontadas pelo PMSB e a necessidade de conscientização do poder público e da população com relação a drenagem urbana, indicou alguns dispositivos para retenção de águas e comentou sobre obras de drenagem executadas pela PMI finalizando sua apresentação. Abertura da plenária pelo poder público. Leitura de alguns questionamentos encaminhados por escrito e respostas dadas pelas entidades responsáveis. 1º Muncipe Geovani Batista de Camargo comentou que mora na região central, a menos de 500 m da praça da Bandeira, e que na rua dele (Rua Antonio Ferraz Costa) não tem rede de esgoto. Questionou o poder público sobre quando terá a rede implantada. Sr. Joaquim da Sabesp informou que há um loteamento em processo de licenciamento próximo a região central e que a rede de esgoto será implantado pelo loteador. Geovani falou que Cenemeb e o Pq. Ferraz Costa utilizam fossas. Sr. Joaquim da Sabesp informou que as obras de implantação devem seguir as leis para serem efetivamente licenciadas e executadas. 2º Conselheira Eng.^a Marli questiona a ARSESP: Plano preve um investimento de "x" em ETA. Para Sabesp utilizar mais do que o previsto é necessário autorização?. Autoridade ARSESP responde que não é necessária a autorização, cabendo a ARSESP averiguar a razão dos investimentos realizados, se são justificáveis, se o investimento foi apresentado a prefeitura, a agência regula conforme o que foi proposto no plano, a Sabesp deve informar do porquê está investindo em uma coisa em detrimento de outra previsto no plano, informou que estão em processo de revisão tarifária e que os investimentos são analisados e considerados para a formulação da "nova" tarifa. A Eng.^a Marli questionou como se dá a contabilização dos investimentos realizados pela SABESP. Autoridade ARSESP: existe a contabilidade regulatória, diferente da contabilidade societária, segue uma lei. Se há um período de carência, isso não é lançado, no período de carência só são pagos os juros. O Eng.^o Herminio faz uma observação e questiona: se os valores lançados são financiados, por que esses valores são lançados como investimentos pela SABESP de forma integral/total e não a longo prazo? A SABESP contabiliza o valor financiado total como valor integral investido no município. Autoridade ARSESP informa que todos os valores foram pagos, e que para o modelo tarifário de concessão, deve-se fazer uma previsão dos investimentos e isso é considerando para a revisão tarifária que ocorre de quatro em quatro anos, que considera também se nesse período foi verificado a realização de investimentos de acordo com o plano. 3º Sócrates Piovani da ONG JAPPA comenta que foi dito que desde 2013 existem aproximadamente 100 (cem) itens fiscalizados denominados como "não conformidade" e questiona o que seriam essas "não conformidades" e qual o prazo para a regularização. Autoridade ARSESP afirma que uma "não conformidade" constatada nas atividades de fiscalização pode se caracterizar de diversas formas, como identificação de uma determinada instalação operacional, prazo de atendimento ao cliente, serviço de manutenção, paralisações e vazamentos. Cada "não conformidade" tem seu prazo para adequação conforme sua complexidade e deve ser atendido no prazo e conforme determinação dada pela ARSESP. 4º Muncipe Antonio Carlos dos Santos, mora em local afastado (bairro Real Pq. D. Pedro I), 516 lotes, sem rede de água e esgoto, com ocorrência de contaminação dos poços de águas pelas fossas, a prefeitura atende o local





Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

com água potável, afirma que há um projeto de abastecimento de água da SABESP para ser implantado e está "parado" na rodovia D. Pedro próximo a empresa Nívea, afirma que há um terreno para implantação de um poço artesiano. Ele questiona por que a SABESP não utiliza esse terreno para distribuir água no local. Sr. Joaquim da SABESP informa que a SABESP atende ao contrato de programa e que a prefeitura devia responder ao questionamento, afirma que o projeto é complexo, tem projeto interno pronto e projeto da adutora pronto, os licenciamentos não são simples requerendo ações judiciais. Há recursos disponibilizados para implantação e está na fase de licenciamento, o processo está andando. Para o caso de S. Martin, o Sr. Joaquim informa que a prefeitura solicita e a SABESP realiza estudos de viabilidade para atender a região, conforme contrato de programa firmado com a prefeitura. A Eng.^a Marli informou que quanto ao poço recentemente foram perfurados quatro, sendo dois no Jd. Nova Esperança, um no São Sebastião e um no San Martin, e que apenas o do San Martin apresentou vazão satisfatória, isso em decorrência da geologia do município ser de rochas fraturadas. O Sr. Joaquim comentou que Itatiba deve utilizar captação superficial. A munícipe indica que na região São Sebastião poderia ter captação e tratamento de água de chuva. Sr. Joaquim explicou que água de chuva não atende a legislação vigente, cita que a SABESP possui a maior produtora de água de reúso, informou que a SABESP atende ao contrato de programa e que o caso do Encosta do Sol a prefeitura deve pedir estudo de viabilidade. Houve manifestação dos munícipes sobre quando os bairros serão atendidos com saneamento; Afinal, dado o tempo, os questionamentos encaminhados por escrito sem resposta durante a plenária serão respondidos pelas entidades responsáveis. A Secretária Eng.^a Marli informou que o plano está disponível no site da prefeitura, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública.

João Antenor
ppmm
Juanillo

Acompanhei e relatei esta presente ATA
Douglas

[Signature]

